

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA DO CARMO SOBRAL TAVARES

**A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA A PARTIR DE UM GRUPO REFLEXIVO: Um relato de experiência**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2023

MARIA DO CARMO SOBRAL TAVARES

**A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA A PARTIR DE UM GRUPO REFLEXIVO: Um relato de experiência**

Trabalho de conclusão de curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Júnior.

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2023

MARIA DO CARMO SOBRAL TAVARES

**A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA A PARTIR DE UM GRUPO REFLEXIVO: Um relato de experiência**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 29/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. DR. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JÚNIOR

Membro: PROFA. DRA. FRANCIS EMMANUELLE ALVES VASCONCELOS

Membro: PROFA. ME. JÉSSICA QUEIROGA DE OLIVEIRA

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2023

CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A PARTIR DE UM GRUPO REFLEXIVO: Um relato de experiência

Maria do Carmo Sobral Tavares¹
Francisco Francinete Leite Júnior²

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é relatar uma experiência a partir das impressões intersubjetivas advindas da relação com homens autores de violência doméstica sobre a construção da masculinidade em um grupo reflexivo. A pesquisa é de natureza básica, exploratória e apresenta uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizado o método de relato de experiência, mediante observação e registros produzidos em diário de campo a partir de observações em um grupo reflexivo, numa instituição pública da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará. Nos resultados observou-se que a masculinidade advém das construções sociais de papéis masculinos, relacionados a cultura, família, produção e reprodução sociais, de forma naturalizada e hierarquizante, que reiteram formas de violência naturalizada. Conclui-se que a construção da masculinidade como produção social é ensinada e, pela sociedade, pode ser desconstruída. Há muito a ser feito na e pela sociedade a respeito dessa temática.

Palavras-chave: Construção da masculinidade. Masculinidade hegemônica. Grupo reflexivo. Lei Maria da Penha. Gênero.

ABSTRACT

The objective of this research is to report an experience from the intersubjective impressions arising from the relationship with men who have been victims of domestic violence about the construction of masculinity in a reflection group. The research is basic, exploratory, and presents a qualitative approach. For data collection the method of experience report was used, through observation and records produced in field diary from observations in a reflective group, in a public institution in the city of Juazeiro do Norte, Ceará. In the results it was observed that masculinity comes from social constructions of male roles, related to culture, family, production, and social reproduction, in a naturalized and hierarchical way, which reiterate forms of naturalized violence. We conclude that the construction of masculinity as a social production is taught and, by society, can be deconstructed. There is much to be done in and by society regarding this theme.

Keywords: Construction of masculinity. Hegemonic masculinity. Reflection group. Maria da Penha Law. Gender

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: carmentavares01@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

INTRODUÇÃO

O sistema das relações de gênero se expressa nos papéis, enquanto construção social, idealizadas e normatizadas pela sociedade sobre qualidades, comportamentos adequados ao gênero social definido e estereotipado. Portanto, as características de gênero versam que “independência, agressividade e dominância continuam a ser associados ao homem, e a sensibilidade, emocionalidade e gentileza às mulheres” (POWELL, 1993 apud NOGUEIRA, 2001, p.16).

De acordo com Saffioti (2001) a mulher não pretende exercer o papel de dominação e exploração feito pelos homens, mas, pode desempenhar a função patriarcal em relação à criança e ao adolescente. Os padrões dominantes de gênero, sacralização da família, confere poder aos homens, o que normatiza, controla e disciplina o fazer da mulher, através de diversificadas formas de humilhações e privações.

O sujeito constitui-se a partir de características atribuídas pelos sistemas econômicos e socioculturais. Assim, a cultura pauta a função de cada ser humano ao nascer. O patriarcado reforça o poder exercido pelo homem sobre a mulher, ao negar o sofrimento, “elemento fundamental na sublimação” (ANDRADE, 2005, p. 256). Sendo, portanto, o patriarcado uma estrutura favorável à manifestação de diversas formas de violência.

Diante do sofrimento gerado pelas variações da violência ao qual a mulher está submetida, mecanismos federais foram desenvolvidos como formas de coibir e prevenir a violência, que pode ser a nível físico, comprometendo a integridade corporal. Moralmente, ao ser caluniada, difamada. A violência psicológica impacta na saúde mental, autoestima, pelo controle, ameaça, perseguição e humilhação. Na violência sexual a mulher é forçada, ameaçada a praticar relações sexuais que não deseja, limitando ou anulando direitos sexuais e reprodutivos. Violência patrimonial se dá pela retenção, subtração, destruição de documentos, valores, objetos e bens da mulher (BRASIL, 2006).

O presente estudo descreve o relato de experiência de estágio, sobre a construção da masculinidade de homens autores de violência doméstica a partir de um grupo reflexivo, executado em uma instituição municipal. As experiências de estágio são um fazer e um desconstruir contínuo nas identidades que se influenciam mutuamente (MARANEZI; PENHA, 2022).

A psicologia no âmbito social problematiza práticas e ações sociais, identifica adversidades sociais, questiona a dicotomia entre mulheres vitimizadas e homens inimigos, fadados ao extermínio ou enclausuramento. Instigar a psicologia “a promover estratégias de

responsabilização pelos atos e a ruptura da dicotomia que sustenta lugar de vítima e agressor” (GARCIA; BEIRAS, 2019, p. 55).

Assim, o fazer dos psicólogos a nível social ultrapassa o limiar individual, abarcando as materializações humanas, a história concreta e social. A conscientização do que fazer será “promover uma consciência crítica sobre as raízes, objetivas e subjetivas, da alienação social [...], abandonar a mecânica reprodutora das relações de dominação e submissão” (BARTÍN-BARÓ, 1997, p. 18), no seu fazer dialogado, com fins de instigar mudanças sócio relacionais.

Diante disso, cabe ressaltar que a escolha desta temática se justifica, portanto, pela pesquisadora e estagiária fazer parte de um marcador social, propensa a viver uma agressão objetiva e subjetiva. Por ser mulher, cisgênero, branca, heterossexual, repenso minha posição de privilégio no espaço da academia e me permito inquietações aos tantos feminicídios e agressões sofridas por mulheres conhecidas e desconhecidas, gerando a incógnita: Como a masculinidade se constitui na sociedade contemporânea recebendo as influências dos contextos sociais e se materializam em atos de violência?

Para tanto, o objetivo geral deste estudo é relatar a experiência a partir das impressões intersubjetivas advindas da relação com homens autores de violência doméstica sobre a construção da masculinidade em um grupo reflexivo. Os objetivos específicos são identificar como os homens se percebem nos contextos da violência na contemporaneidade, analisar a interação entre os homens no contato com profissionais do projeto, compreender mediante a experiência de escuta no grupo reflexivo as influências dos contextos sociais que se materializam em atos de violência.

GÊNERO, UM CONCEITO EM (DES)CONSTRUÇÃO?

Em meados do século XX, estudos de gênero em articulação com os movimentos feministas tinham Simone de Beauvoir como expoente. Na célebre frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (1967, p.9), o ser não está predestinado ao determinismo biológico, psicológico e econômico. A mediação oportuniza a caracterização de um ser distinto de outro. Acrescenta que na infância os corpos de meninos e meninas, é uma difusão subjetiva vivenciada pelas percepções dos sentidos. O foco não é o órgão sexual (BEAUVOIR, 1967).

Nesse sentido, o conceito de gênero baseado nas relações sociais e diferenças entre sexos, designa as relações de poderes sociais, simbolismos culturais que evocam representações múltiplas, exemplificadas nas figuras femininas de Eva e Maria, a escuridão e a pureza, a corrupção e a inocência. Conceitos normativos com interpretações simbólicas

limitantes e engessadas expressas “nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1989, p. 21).

Diante dessas afirmativas, Butler (2003, p.26) pergunta "Qual é o seu gênero?". A pesquisadora acrescenta que a sociedade estabelece diretrizes sobre os corpos, “o ‘ser’ de um gênero é um efeito, objeto de uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia” (BUTLER, 2003, p.58). Saber quem se é, é a resposta formulada pela ontologia anatômica do corpo.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. [...] A univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista (BUTLER, 2003, p. 59).

Dito isso, a compreensão sobre gênero, perpassa uma visão histórica “como aparelho semiótico, símbolos culturais evocados de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva” (SCOTT 1989).

A nomenclatura gênero, observado nas relações de poderes desiguais, fruto das construções sociais, alicerça o materialismo-ontológico, fundamentado no patriarcado, sendo ele conceituado por Saffioti (2001) como produto sócio-histórico baseado nas relações de dominação e submissão, desigualdades, predominância do poder na relação, geralmente exercida pelos homens em detrimento da mulher. O poder nas relações em menor grau é exercido pela mulher, todavia, “nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher, pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado” (SAFFIOTI, 2001, p. 116).

No entanto, se compreende o gênero a partir da construção social, oposto ao entendimento natural de feminino e masculino do sexo biológico. O que seja normas, regras, maneiras de proceder, pensar, as potencialidades e o caráter são determinações do gênero de acordo com o sexo (JESUS, 2020).

A identidade de gênero contempla fatores cognitivos em contextos sociais, desencadeamento de esquema de gênero, refletindo crenças sociais. As dimensões da masculinidade e feminilidade são expressas através da aparência, comportamentos, personalidade, valores e interesses (FORMIGA; CAMINO, 2001).

As características atribuídas aos papéis masculinos se destacam pelos traços de assertividade e independência. A feminilidade traz expressividade, simpatia, carinho. Quanto aos papéis sociais, ao homem se atribui independência, afirmação, decisão, dominação, agressividade. Em relação a mulher se atribui papel de amorosidade, complacência, subordinação, passividade, contato interpessoal, doçura nas relações, submissão, emotividade, gentileza (FORMIGA; CAMINO, 2001).

O termo papel social advém do teatro e da literatura. Significa dizer que o indivíduo executa o papel rotineiramente no cotidiano. Homens e mulheres interpretam o seu fazer por regras preexistentes e, por isso, são analisadas as condutas pela sociedade. A diversidade dos papéis sociais pode gerar expectativas quanto à conduta dos indivíduos e na forma de executar o comportamento (NADER; CAMINOTI, 2014). A complexidade do masculino e feminino e do seu fazer reside no que está posto socialmente, o pré-estabelecido prediz as regras e cobra a execução.

Diante disso, ao homem cabe a fixação de um papel em que ele não deve se parecer com mulher, com gay, não deve externar sensibilidade, fragilidade, passividade, devendo sustentar seu semblante fálico (BONFIM, 2022). Por semblante se entende aquilo que se apresenta aparentemente, sem se opor ao verdadeiro (KRINSKI; MADEIRA; MOSCHEN, 2019, pp. 804-805).

Diante da mulher o homem testifica a verdade sobre seu falo. É mais fácil para ele enfrentar desafetos que encarar a verdade do semblante feminino, pois “a formação do homem é organizada para responder ao status do semblante [...] fálico” e, assim atingir o gozo (LACAN, 2009 [1971] apud BONFIM, 2022, pp.123-124), na dimensão do discurso. É através do discurso que se estabelece o laço. “Os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem e, portanto, denominados *discursos*” (COELHO, 2006, p. 108).

O discurso utiliza o corpo petrificado do homem como suporte, atrelado ao significado de virilidade. Ser homem equivale dizer que se é viril. O desafio contemporâneo é pensar sobre o que fazer com o ideal de homem que está cada vez mais em desuso diante das diversas realidades (BONFIM, 2022).

Todavia, o que é ser homem? Se indaga Rodriguez (2019) sobre os estudos da masculinidade hegemônica e, se responde que “não existe uma maneira certa de ser homem, mas existem variados modos de ser homem, não há apenas uma masculinidade, mas várias” (RODRIGUEZ, 2019, p. 288), plurais masculinidades.

Sendo assim, a masculinidade hegemônica não é um conceito que faz referência ao uso da força física, pode essa força estar presente, todavia, define-a relacionada ao gênero

como imposição sobre outras masculinidades, “a hegemonia é uma forma de dominação em que o dominado participa na sua dominação” (ALMEIDA, 2018, p. 100). O dominador toma para si a referência do poder, iluminando seu território, obscurecendo outras regiões. O desafio é desconstruir a introjeção social, cultural, política da masculinidade hegemônica de que para ser homem é necessário nascer com o órgão genital masculino, hetero, cisgênero, branco, forte, bem-dotado, viril, condições financeiras acima da média, infiel, superior aos demais em distintos contextos.

Quando se aponta o poder atrelado ao corpo, Freitas (2002, p. 35) entende que “os corpos são produtos de práticas culturais que se constroem tanto simbolicamente [...] quanto materialmente – ambos os aspectos se manifestam no corpo transformando ‘machos’ em homens”. As falas de Rodriguez (2019) reproduzem que o homem anteriormente não possui corpo, invisibilizado pelo erotismo destinado à mulher. O corpo do homem silenciado não evoca desejo de outro. Ao homem se confere a ereção do pênis, o falo, a agressão, as emoções ocultas, a violência, um jeito perverso de ser na sociedade, alfa dominador, másculo hegemônico. O modelo descrito retrata a típica masculinidade ensinada e interpretada como superior às outras masculinidades (RODRIGUEZ, 2019; EURICH, 2021).

O caráter dominante da hombridade (masculinidade ocidental) exige constantes reafirmações e uma grande disciplina e autocontrole para a manutenção de um *status*, o que lhe impõe duras provas. Em vista disso, sustentamos que são várias as masculinidades, e a referida ‘hombridade’ é uma delas. Identificar-se como homem – ou mulher – não é simplesmente função, ou mesmo uma elaboração complexa de atributos fisiológicos, sendo que todo esse processo social toma caminhos específicos e arbitrariamente definidos segundo suas próprias lógicas de formação e reprodução. Não considerar isso seria reduzir um campo fértil de alteridades a uma massa de organismos biológicos, postura esta que vem sendo duramente combatida desde o início pela Antropologia, que condena as generalizações de largo espectro tanto quanto a ideia de sociedade global, apoiada na noção de relativismo cultural. Logo, postula a pluralidade das identidades, tanto quanto masculinas quanto femininas (FREITAS, 2002, p. 33).

Na contemporaneidade, a masculinidade é entendida como processos interligados não estáticos que movimentam os conceitos e formas de interpretações sobre a masculinidade hegemônica, a saber, as variações de cultura, tempo, variáveis como localidade, identidade estão presentes na vida do ser humano ao longo de sua existência (KIMMEL, 1988).

As relações de poder exercidas por homens sobre mulheres pela questão do gênero e, sobre outros homens pelas desigualdades demonstram a interseccionalidade dos marcadores sociais de raça, etnia, cor, condição social, sexualidade, impactando na construção da

masculinidade, “elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e homofobia” (KIMMEL, 1998, p.105).

O terceiro ponto de Kimmel (1998) se refere às relações de poder num âmbito mais delicado, a saber a invisibilidade do processo, ou seja, o outro não se apercebe que aplica a imposição do seu poder sobre um outro homem, pelo privilégio que a atividade favorece. O autor critica quando um homem não pensa nas discrepâncias geradas pela raça e o gênero. Martin-Baró (1985 apud GOES; XIMENES; MOURA JR., 2015) aborda a questão das relações sociais de poder e dominação onde há desigualdades de recursos, em detrimento de uma parte, relacionado ao poder do outro que domina. Acrescenta que há dicotomia na relação, porém, uma não existe sem a outra.

O conceito de masculinidade hegemônica se originou de estudos de campo em escolas australianas sobre desigualdades sociais, construção da masculinidade e o sentido do corpo dos homens. Ganha corpo acadêmico científico em pesquisas sobre relações escolares e bullying entre meninos, na criminologia envolvendo a participação de homens e os tipos de incidência, bem como na representação do homem na mídia e ambientes organizacionais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

O clima favorável da época de 1980 sobre a temática, contribuiu para o aceleração de pesquisas em áreas diversas ao apresentarem resultados relevantes sobre masculinidade hegemônica, rompendo o fio enrijecido pelo tempo e pelas práticas relacionais do binarismo, contemplando um novo olhar sobre masculinidade hegemônica, ao afirmarem que o conceito assertivo seja “combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre masculinidades [...] presume a subordinação de masculinidades não hegemônicas” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, pp.262-263).

Os estudos sobre masculinidade retratam dinamismo e a necessidade de serem realizados por viés plural, não binário ou heteronormativo, com intenção de compreender as análises dos signos e significados próprios da masculinidade, debater sobre os estereótipos, preconceitos e, assim, desmistificar para inovar nas versões e sentidos (EURICH, 2021).

Ainda sobre masculinidades, seu território amplo e, particular, se categorizam na: organização social da masculinidade; a forma como homens expressam e interpretam identidade de gênero; as interações de homens com outros homens e mulheres e por último a forma como as masculinidades se formam nas interações e instituições (MEDRADO; LYRA apud EURICH, 2021).

Nesta perspectiva, o conceito de masculinidade hegemônica interpretada pelo prisma da dominação absoluta do gênero masculino sobre o feminino está ultrapassado. Os novos

estudos relatam a novidade sobre o conceito hegemônico como uma “resposta cultural acabada, completa e inatingível, que jamais é encontrada numa pessoa integral e concretamente” (FREITAS, 2002, p.38) pela diversidade e multiplicidades das masculinidades.

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA: Um silêncio que grita

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua violência como uso de força física ou poder, que ameace ou execute a violência, seja contra si, outra pessoa ou grupo que resulte em morte, sofrimento, privação, danos ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo e, repercussões negativas psicológicas (OMS, 1996).

De acordo com o relatório da reunião ocorrida em Genebra no ano de 2002, a OMS para melhor conceituar a natureza multifacetada da violência, define e cria um modelo intitulado de ecológico. Divide a composição e explicação para a violência, em: indivíduo, relações, comunidade, sociedade. No quesito indivíduo, se avalia como os fatores biológicos e sócio-históricos podem implicar no comportamento agressivo ou de vítima. Nas relações se pesquisou que a intimidade, o convívio diário, como fatores que propiciam a ocorrência da violência, em decorrência do tempo de convívio com o agressor (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Sobre comunidade, se identificou a existência da violência nos contextos comunitários relacionados às relações sociais. O último nível desse modelo, fala de sociedade. A violência acontece mediante clima favorável, divisões nos segmentos da sociedade, falta de inibição para praticar a violência, padrões familiares, normas culturais, institucionais, normas que apoiam a dominação de homens sobre mulheres e crianças (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Para compreender a natureza da violência, é preciso estudar a etiologia, a natureza dela. Arendt (2016) defende que a violência é oposta ao poder, para um se sobressair, o outro deve estar ausente. A violência domina se o poder se enfraquecer, pode ainda o destruir, mas não pode criá-lo.

Nas elaborações sobre representação da violência intrafamiliar, Faleiros e Brito (2007) concluem que a violência é um evento complexo, oposto a anomia ou ao desvio. Se estrutura nas relações sociais de poder, explicitamente o poder da força de dominação. Na submissão uma parte se submete a contragosto ou com desejo camuflado, pela imposição, manejo e habilidade do dominador.

Dentre as tipologias da violência, a interpessoal se conceitua como a que ocorre na família, entre parceiros íntimos, ocorridas principalmente no lar. A violência interpessoal também é caracterizada na comunidade, se dá entre conhecidos ou estranhos. Para ambas, a natureza da violência pode ser física, sexual e psicológica, de acordo com Dahlberg e Krug (2007).

Os processos de violência nas relações interpessoais é um problema estrutural, complexo e diversificado, de acordo com (DINIZ; ANGELIM, 2003) há necessidade de reflexões críticas sobre o mito da violência. A primeira reflexão é sobre a violência que ocorre no contexto externo ao lar, distante dele. Isso se dá em decorrência dos eventos violentos serem divulgados cotidianamente de forma massificada pelo poder midiático (roubos, crimes, feminicídio, homicídio, suicídio). A violência está estruturada na sociedade representada na fome, na miséria, em todos os tipos de desigualdade social, ferindo gravemente os direitos humanos constituídos. O acesso direto e indireto aos níveis de violência naturaliza o processo e representa na subjetividade alienação individual e coletiva.

O segundo mito trata das vivências domésticas, palco de abusos sexuais contra crianças, adolescentes, estupro conjugal, agressão a pessoa idosa, entre outras demandas. A ilusão se embasa na ideia de que o lar é um lugar seguro, porém, pode ser nele ou a partir dele que se vivencia a violência doméstica (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

O parâmetro para o terceiro mito sobre violência é o distanciamento afetivo da mídia na divulgação das violências estruturais, narradas de forma impessoal. Para quem sofre a violência o segredo e o silêncio são elaborados pelo medo, ameaças e pressões por parte do agressor. A dificuldade de romper e superar mitos culturais em relação a violência doméstica, especificamente do homem sobre a mulher se dá pela “opressão exercida pelos homens nas relações institucionais com as mulheres – casamento, família, trabalho, política, escola – constituindo a base do patriarcado” (SOARES 1999 apud DINIZ; ANGELIM, 2003, p. 22).

A violência doméstica é uma ocorrência de nível amplo direcionada para mulheres independente de condição social, econômica, cultural, étnica e geográfica, esse grupo representa maior condição de suscetibilidade nas relações de poder e dominação na sociedade, essa lógica advém de como a sociedade percebe esse lugar da mulher nas relações de poder, e como essa construção social impacta na participação da mulher na vida pública, no ambiente de trabalho, os números alarmantes de agressões sofridas sejam elas objetivas ou subjetivas, nas repressões, nos estereótipos (CORTÊS, 2012).

Diante da complexa teia que sustenta a violência contra a mulher, tem-se a Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nas disposições gerais específica como violência

doméstica qualquer ação ou omissão contra a mulher que a leve a óbito, lesão, sofrimento físico, psicológico, de cunho sexual, danos morais ou patrimoniais (BRASIL, 2006). A implantação da lei representa avanço significativo no cenário brasileiro, principalmente para a mulher vítima de violência doméstica.

As categorias de violência doméstica determinada pela Lei 11.340 são cinco. A saber, a violência física é configurada na ocorrência de ato que fere a integridade física ou a saúde da mulher, ao ser espancada, estrangulada, lesionada com objetos cortantes e perfurantes, ser sacudida, apertada nos braços, receber o impacto de objetos, ser ferida com queimaduras e armas de fogo, sofrer tortura (IMP, 2018).

Por violência psicológica se interpreta comportamentos dos homens que causam danos emocionais, baixa autoestima, geradores de prejuízos ao psicológico, refletindo negativamente no bom desempenho da mulher. Agir com ameaça, constrangimento, humilhação, vigilância, perseguição, proibições para estudar, viajar, relacionar com pessoas amigas e familiares, explorar, chantagear, insultar, ridicularizar, impedir o direito de ir e vir, impedir a liberdade de crença são alguns dos condicionantes da agressão (IMP, 2018). A violência psicológica é mascarada, já que não são visíveis suas marcas na mulher.

Nas condutas de coação em que a vítima é forçada a fazer, presenciar e participar de atos sexuais sem seu consentimento, se identifica a violência sexual. A lei determina que reter, subtrair, destruir parcial e ou totalmente objetos pessoais, instrumentos de trabalho, bens, valores econômicos, documentos, são violências ao patrimônio da mulher. Por último, a violência moral se configura ao caluniar, injuriar a mulher em qualquer âmbito (BRASIL, 2006).

Dentre as modalidades de violência contra a mulher se destaca a violência psicológica *gaslighting*, interpretada como ação do dominador, uso do poder de manipulação, frases e comportamentos que distorcem e omitem a realidade dos fatos, colocando em xeque a sanidade mental e a memória da mulher. A mulher não se percebe nesse processo manipulatório, o ato é invisibilizado (KOSAK; PEREIRA; INÁCIO, 2018).

A violência *mansplaining* é o ato de desmerecer e desqualificar o conhecimento, diminuir a confiança, autoridade e respeito da fala da mulher, invalidando a capacidade intelectual desta (STOCKER; DALMASO, 2016).

Se ressalta a violência *bropropriating* interpretada conforme (STOCKER; DALMASO, 2016) pela apropriação feita pelo homem de determinada ideia ou fala da mulher, tomando para si a verbalização e expressão do pensamento original, desqualificando a autonomia e

inteligência da mulher nas demandas relacionais e de trabalho. Esse posicionamento é apontado como justificativa para a desigualdade no âmbito do trabalho e cargos de chefia.

O fenômeno da violência perpassa o tempo, a cultura, a economia, as instituições, a família, os indivíduos, de acordo com a realidade social. Nesse sentido, a compreensão da violência atravessa a historicidade, o regionalismo do homem cearense. No anoitecer do colonialismo e o alvorecer do império, a violência se alastrava nas terras cearenses. Os cenários para a desdita eram os mais corriqueiros: a seca e a fome, a política, a família, a posse da terra, a defesa da honra, emergindo nas relações sociais, moldando o imaginário coletivo (VIEIRA JÚNIOR, 2004).

A cultura machista, fundamentada no patriarcado, a heteronormatividade nas relações, se sobressaiam na construção dos papéis de gênero da época. Portanto, o gênero como marcador social, justificava o domínio da sexualidade e dos corpos de mulheres pelos homens. O poder da igreja e do estado legitimam o processo de o homem ser guardião e defensor da honra de irmãs, filhas, mães, sobrinhas que estivessem sob ameaça de indivíduos que não faziam parte do grupo familiar. A violência contra a mulher é validada nas ocorrências de desequilíbrio no lar, ofensa da honra do homem e do grupo familiar, podendo ele agredir e, nas ocorrências de adultério, matar. O ideal maior era “manter a linearidade de comportamentos e significados dentro das relações familiares a violência era justificada, e ganhava um caráter pedagógico” (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p 286).

O principal atributo do homem nordestino de acordo com as expressões da história é a valentia, a coragem destemida e, na macheza a validação de seus atributos, naturalização dos papéis de gênero enaltecendo a dominação do homem sobre a mulher. A identidade regional do nordestino é marcada pela visão patriarcal, performance e masculinidade destacada, o homem macho (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

Os papéis de gênero naturalizados, designa às mulheres os afazeres domésticos, criação dos filhos, cuidados com o lar. Ao homem a liberdade de expressão de sua força, liberdade sexual, podendo ser extravasada em domínio público. A naturalização do poder do homem na família, detentor da autoridade máxima, a vida familiar em acordo com os regramentos do homem. O menino desde cedo apreende que não pode chorar, não é coisa de macho. A menina brinca de boneca, aprende a cuidar da casa, idealiza casar-se e procriar (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

As interpretações e comportamentos sociais discursam sobre a construção do falo, balizando o comportamento do homem nordestino. A invenção do falo atrelado a uma forma de ser regionalmente dominador, ao ponto de diferenciar o homem nordestino dos demais pela

sua virilidade. Todavia, Albuquerque Júnior (2013), expõe a necessidade de desconstruir os discursos que fundamentam as diferenças de gênero, subverte as falas que alavancam o falo atrelado ao perfil do homem nordestino, em contrapartida, enaltece o respeito ao feminino nas diversificadas expressões.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza básica, exploratória e apresenta uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizado o método de relato de experiência, mediante observação e registros produzidos a partir de um grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica, numa instituição pública da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará.

O relato de experiência (RE) como ferramenta metodológica própria das ciências humanas, utiliza de linguagem, performance e experiência singular, sem o objetivo de dar a última palavra sobre o tema pesquisado. A síntese é provisória, propensa a novas análises, numa constante produção de saberes. Assim, o (RE) possui verdade não unificada, engessada, “mas a verdade sintoma, humana, apta a transformações” (DALTRO; FARIA, 2019, p. 235).

O diário de campo foi utilizado para a coleta de dados, haja vista a ferramenta ser suporte para descrever reflexões sobre o cotidiano. Estudos exploratórios com viés qualitativo no campo da antropologia e psicologia e em outras áreas, fazem uso do diário de campo para registros das experiências do pesquisador com vistas na construção de saberes (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020).

O instrumento de pesquisa em evidência “tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social” (MAGET, 1953 apud WEBER, 2009, p.157). Na observação simples, o observador é um expectador do cenário. A observação se destaca como elemento de pesquisa por apresentar possibilidade de coleta de dados e fatos “percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida” (GIL, 1989, p. 105).

Para a revisão bibliográfica foram utilizadas as seguintes bases de dados, artigos, teses, livros, Google Acadêmico, Scielo Brasil, Academia.edu., e repositórios institucionais. Para a busca os seguintes descritores: *construção da masculinidade, masculinidade hegemônica, grupos reflexivos, lei Maria da Penha, gênero*. Os dados foram analisados a partir da literatura do campo da psicologia, dando enfoque ao gênero, relações de poderes sociais, sexuais, dentre tantas outras.

No relato de experiência se dispensa a submissão ao comitê de ética. Todavia, a estagiária atua com responsabilidade social, promoção da saúde, melhoria na qualidade de vida “das pessoas e das coletividades e contribuirá para eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” ao se relacionar com pessoas, grupos, instituições sociais, públicas, privadas ou qualquer outra forma de interação (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005). Sobre o exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero, a “psicóloga e o psicólogo considerarão promover ações com autores de violência de gênero em processos interventivos e de acolhimento a fim de romper ciclos de violência (CFP, 2020), fundamentado a responsabilidade da estagiária em seguir as diretrizes do código de ética.

SOBRE EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: Uma mulher narra!

O trabalho desenvolvido no grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica, opera através de ações multidisciplinares, organizado com a missão de definir estratégias de manejo a curto, médio e longo prazo, atuando por quatro eixos: rede de atenção/proteção social na violência doméstica; aplicação humanizada do procedimento legal; educação permanente dos agentes sociais; prevenção e sensibilização social. A metodologia do projeto é interdisciplinar, garantindo o dinamismo no processo e revisão quando da necessidade de se adaptar a novas realidades (CRM, 2019).

O papel do grupo reflexivo é desenvolver na pessoa inquietações diante de determinada temática social, onde se faz necessário conhecimento e intervenção qualificada com o objetivo de fazer refletir, gerando mudanças na concepção interpretativa e subjetiva dos participantes. Dito isso, o grupo reflexivo é uma subcategoria dos grupos operativos da autoria de Pichon-Rivière elaborado na década de 70, com finalidade reflexiva e não terapêutica, direcionado ao conhecimento de temas estudados, vínculos afetivos entre os membros do grupo e mediadores. Refletir em grupo cria espaço catalisador, faz pensar em mudanças, revisão do processo de identificação e significados (FERNANDES, 2000).

O grupo reflexivo acolhe homens que chegam através de encaminhamentos do juizado da mulher, na sua grande maioria sob medida protetiva. São informados que o caráter do projeto é problematizar os sentidos sobre si e o outro, conhecer a Lei Maria da Penha, diretrizes e funcionalidade. O primeiro contato com os homens é realizado por atendimento psicossocial em que se faz presente a psicóloga, a assistente social e as estagiárias do projeto.

Por ser um momento delicado, as escalas são alternadas, não passando de três profissionais para realizar a escuta, preenchimento da entrevista inicial, possibilidade de intervenção por parte da estagiária de psicologia.

Os encontros somam um total de dez, a partir do atendimento psicossocial. Para cada participação há assinatura de frequência e posterior envio ao órgão judiciário. As temáticas versam sobre o documentário: o silêncio dos homens; a Lei Maria da Penha; o ciclo de violência; a construção da masculinidade; comunicação não violenta; família e filhos; as fases do luto. Profissionais da justiça, do CAPS AD, do Núcleo de Diversidade, e demais parceiros realizam palestras no projeto. A educadora em parceria com a assistente social, a psicóloga, elaboram dinâmicas, que visam o pertencimento dos sujeitos no grupo e reflexão pelos motivos que os levaram a estarem ali.

A primeira impressão observada, diz respeito ao contato dos homens com o projeto, que se dá no atendimento psicossocial. Na grande maioria os homens chegam na defensiva, revoltados, desacreditados de que estão ali pela ação de uma mulher, mas também pelo poder da lei que ampara apenas elas, segundo eles. Indagam por que a mulher que o denuncia, não responde ao mesmo processo, já que ela também faz uso de violência? Essa lógica verbalizada, se contradiz diante dos fatos históricos e culturais baseados na misoginia patriarcal, prevalência de papéis masculinos (NADER, 2013). Portanto, a violência cometida pela mulher não tem raiz social, é a nível pessoal. Nessa análise, Bourdieu (2012), acrescenta que os traços de dominação, muitas vezes, atribuídos à própria mulher, são estruturas subjetivas, no processo de produção e reprodução dos mecanismos e não uma ação deliberadamente consciente.

Para o início de cada grupo, geralmente se opta por questionar o porquê de um grupo reflexivo de homens a partir do documentário “O silêncio dos homens”. Nele, homens se reúnem, trocam experiências, falam das construções e implicações da construção da masculinidade. Muitos dos homens não falavam sobre si, não consideravam esse lugar de implicação. No documentário se evidencia o exemplo e o convite à mudança, abertura para falar de emoções reprimidas, masturbação, relações etc. Pontuam numa roda de conversa que as mulheres estão organizadas a mais de cem anos e, eles, os homens, timidamente dão os primeiros passos (PAPO DE HOMEM, 2019).

É desenvolvido no grupo, a introdução do porquê da Lei Maria da Penha, o percurso histórico, colonização, patriarcado, estruturas de poder, leis, religião, cultura. Com o emprego da psicoeducação os homens pontuam que há desigualdades sociais. Em seguida se aplica a dinâmica de nome Igualdade, nela quem tinha mais estrelas no papel, ia se aproximando do

centro, enquanto outros ficavam para trás, a educadora pergunta se a mulher tem liberdade ou se possui o direito de viver? Os homens ficam em silêncio, mas participam do momento.

A psicoeducação é entendida por (ANDRADE; WALCKOFF; SZYMANSKI, 2011) como produção da reflexão desenvolvida por instigações, provocações educativas, com diálogo, diversidade e pluralidade pautadas pelo respeito. O indivíduo em sua socialização possui um jeito único de ser intersubjetivamente, possibilitando no emprego das práticas psicoeducativas, espaço para se repensar antigas crenças.

Em outro encontro se aplica a temática sobre família e filhos, com frases relacionadas a vida, a infância, as relações parentais, jogando um dado, o participante que retira o número menor responde. É solicitado que relacione a frase com a infância e o momento atual. Ainda tímidos, iniciam o resgate das memórias, expressam sentimentos de alegria e brincadeiras. Convidados a refletir sobre patriarcado, as diversidades, os comportamentos conotam resistência, preferem o silêncio. Na sequência, se dispõe no chão lista de comportamentos e papéis sociais dados culturalmente ao homem e à mulher.

Nas considerações de (SAFFIOTI, 2015) se observa que o patriarcado naturaliza as variadas formas de agressão e impressões sobre ser mulher. Nos dizeres da lista era atribuído à mulher o papel (fiel, passiva, fraca, chora por tudo, dependente financeira, compreensiva etc.) e aos homens (infiel, pegador, sempre certo, forte, bem-sucedido, ativo, não chora etc.), explicou-se esses processos, sem interação dos homens.

Bourdieu reflete sobre a dominação masculina em relação a mulher, escreve que é conveniente “que o homem ocupe [...] a posição dominante do casal” (BOURDIEU, 2012, p. 48) de forma reconhecida, *a priori*, como se a mulher só fosse passível de se relacionar com um homem visivelmente superior a ela. Ao término das considerações, os homens permaneceram em silêncio, o grupo foi encerrado.

Outro encontro significativo foi ao se trabalhar com as fases da violência. Estavam dispostas no chão exemplos da fase de tensão explicadas como momentos em que o homem se irrita por pequenas coisas, tem acessos de raiva, humilha e destrói objetos da mulher, por sua vez, ela tenta acalmá-lo, buscando não o provocar. Na fase dois do ato da violência ocorrem explosões, agressões físicas, psicológicas, morais, sexuais, matrimoniais, eclodindo a tensão acumulada da primeira fase. Aqui, a mulher se cobra, sofre severos processos psicológicos, medo, solidão, angústia, também ocorre afastamento do agressor. Na terceira fase, intitulada “lua de mel”, o homem promete não repetir os erros, pede perdão à mulher, zeloso com ela e os filhos, enfim, aparentando amabilidade, pressionando a mulher ao retorno, por diversos fatores sociais (IMP, 2018).

A equipe indaga os homens se se percebem nas fases. Eles narram casos que estão ocorrendo com pessoas próximas, o ciclo da violência no convívio marital. Se escuta frases soltas de que os pais empurram a mulher para o casamento, ou que o homem não pode ficar muito tempo esquentando o banco. Indagados dos porquês de o homem não se vê nesse papel, um homem conclui que é da natureza do homem agredir. Após essas respostas, é trabalhado no grupo através de reflexões, o que se pode fazer para melhorar essa realidade nas relações. Com as considerações dos profissionais do projeto, mais um encontro reflexivo foi finalizado.

Em outra manhã de grupo reflexivo, a intervenção é trabalhada a partir da caixa da masculinidade. Essa ferramenta de intervenção foi desenvolvida por profissionais do projeto, considerando as expectativas e simbolismos que identificam o homem nas representações patriarcais (CRM, 2019). Dentro da caixa há bola, litro de aguardente vazio, controle de vídeo game, blusa da cor rosa *pink*, uma vassoura, carrinho, fotos de Neymar, Lampião..., enfim, uma diversidade de simbolismos. É solicitado que cada integrante do grupo pegue um objeto e fale sobre ele entrelaçado com suas experiências e memórias.

O homem que pega a garrafa de aguardente, simboliza seu processo com o álcool, acessa dores, traumas, lembranças amargas, a perda da família. Quando está no bar, olha para os colegas e reafirma que bebe para esquecer seus problemas, retratando uma construção social, que repercute negativamente nas relações sociais e familiares, onde ocorrem violências físicas, verbais, chegando muitas vezes em homicídio da mulher. Essas vivências impactam na saúde psicológica dos filhos, prejudicando seu pleno desenvolvimento social, refletindo no ambiente escolar de forma negativa (SILVA, 2014).

Outro participante fala que ingeria um litro de aguardente por dia, até que em uma ocasião começou a refletir sobre como estava sua vida e a relação com o álcool, observou que não estava dando certo, decidiu procurar uma igreja, como forma de amparo e conforto, modificando sua vida, se tornou um homem religioso, encontrando sentido e fé para prosseguir. Segundo ele, ser homem dessa forma estava sendo difícil, por ocasião de ingerir todo santo dia um litro de aguardente. Sobre o *coping* religioso positivo (PANZINI; BANDEIRA, 2007), interpretam que seja uma forma de enfrentamento. Esse homem buscou condições para lidar com o problema na relação com o divino.

Demais homens relembram as falas dos seus pais, exigindo deles a reprodução do papel de serem homens. Um segurava um carrinho nas mãos, semblante distante, corpo encurvado, tom alterado. Outros diziam que a caixa retratava o que é ser homem e ser mulher. Os profissionais do projeto falam da reprodução dos papéis, a busca por uma construção diferente, a prisão de serem sempre fortes. A prisão do homem simbolizada na caixa da

masculinidade, retrata a reprodução de “modelos e práticas machistas, homofóbicas, sexistas e por classe social (BIZAN, 2020, p. 231), dificultando ao homem a liberdade de agir diferente dos padrões socialmente masculinos. Por fim, a reflexão da equipe sobre a diversidade, a igualdade de gênero, a luta por desconstruir a indiferença diante dos diferentes. Os homens disseram que gostaram, foi interessante na concepção deles.

Sobre comunicação não violenta (CNV), (ROSENBERG, 2017), o grupo de homens foram instigados a refletirem sobre habilidades linguísticas e comunicativas que fortalecem os laços de relação, mesmo na adversidade. O sentido do termo comunicação não violenta, foi trabalhar com balões com palavras dentro, todos do grupo escolhem um, devendo ao estourar o balão, falar sobre o sentimento descrito.

Um homem fala da palavra amor relacionada a família. Se sente amado, ao tempo em que sente falta do vínculo, vivencia o luto. Os profissionais acolhem a fala, sugerem dar tempo ao tempo e ressignificação da experiência. Outro homem tirou a palavra raiva, diz não querer falar, por ser uma palavra pesada, fica com raiva quando é julgado. A palavra alegria para determinado homem tem sentido, desde que falou pela primeira vez no grupo sobre seu sofrimento, narrando as agressões violentas que o pai lhe causava desde os cinco anos de idade, apanhava nos ombros, tinha sensação de que quando descia o rei chegava nas costas com duzentos quilos. Essa violência transcorreu dos cinco até os quinze anos de idade, quando fugiu para nunca mais voltar. Hoje, aos setenta e três anos, conseguiu falar pela primeira vez, sente alegria, depois de tudo que passou se sente um homem livre no mundo, e que ninguém irá tirar essa sensação dele.

Esses relatos são escutados silenciosamente, os homens sentem necessidade de falarem, o silêncio deu lugar ao dialogado, refletido, sentido. O fechamento dos mediadores se definiu na concepção de que a linguagem é capaz de libertar ou aprisionar indivíduos, de abrir ou fechar corações. Através da linguagem o homem desenvolve a cognição, domina seu comportamento a partir da realidade contextual, ao tempo em que a fala é uma construção pessoal que sai de si e chega ao outro (BEZERRA; ARAÚJO, 2013). Enfim, todos expressaram suas angústias e sentimentos, estavam sensibilizados sobre suas histórias de vida, finalizando esse encontro.

Na proposta interventiva, em outro encontro reflexivo, se elaborou as fases do luto numa perspectiva da autora Elizabeth kübler-Ross (2017), sobre a morte e o morrer, debatidas no grupo com a intenção de desenvolver reflexão e reelaboração com as perdas, relacionamentos dilacerados, afastamento dos filhos, término de relacionamento.

Essa intervenção se dá com cartazes distribuídos no meio do círculo com as palavras e respectivas frases: negação e a assertiva “não acredito que isso está acontecendo”; raiva “ela está querendo me prejudicar”; negociação “vou procurar advogado, vou juntar provas”; depressão “como vou me apaixonar novamente?”; aceitação “quem precisa deixar ir e seguir em frente?”. Kübler-Ross (2017), na pesquisa com pacientes terminais, concluiu que a raiva está embutida na aflição, na vergonha, na culpa, gerando sofrimentos, não se assume que se sente raiva de quem se vai. Geralmente agem suprimindo as emoções ou disfarçando. Há nesse ínterim falas da equipe sobre as perdas e como se elaborou esse processo.

Determinado membro acha que está passando por todas as fases, porém, aparenta estar na fase depressiva. Ao falar do fim do relacionamento com a antiga companheira, relata que tem o direito de escolher o que quer para si, como se isolar no seu problema e que não pretende mudar. Instigado pela equipe, fala do desejo de se suicidar. Ocorreu intervenção pontual, respeito ao processo. Foi relembando as falas dele na relação com os filhos, rememorando como era a relação. O homem expõe a importância dele na vida dos filhos e como sofre com o afastamento. O vínculo afetivo com os filhos não é destruído com a distância, possui rede de apoio, alguém por quem lutar. Nesse ponto, a equipe se dispõe a acolher individualmente, sem invalidar os sentimentos dele.

Um homem voluntário do projeto estava presente, pede para falar que há três anos não tem contato com os filhos, não pode descumprir a ordem judicial. Em todas as datas comemorativas compra presentes para os filhos ausentes e os guarda, dando significado ao seu processo de luto. Acrescenta que um dia tudo isso irá se resolver.

Para finalizar esse encontro, se contou a estória do mito da fênix, os ciclos, a sabedoria da ave ao saber que vai morrer. Relaciona-se com os ciclos da vida, perdas e eternas reconstruções. A pedido da mediadora foi escrito em tiras de papel frases daquilo que não querem mais, em seguida queimado em uma tigela de aço. Luto é trabalhado no sentido de desconstruir, reconstruir, ressignificar. Todos participaram, se observou o entrosamento com a proposta interventiva e seus desdobramentos no campo emocional dos homens.

Outro voluntário acredita que sofre injustiça social, não tendo tendência para praticar o mal. Se inscreveu como voluntário, afirma defender não só a mulher, mas também o homem se estiver sendo injustiçado. Outro voluntário encerra as falas, ao dizer que no projeto encontrou a chave de cadeado que travava sua garganta, ressalta que os índices de suicídio de homem são expressivos. Acredita que mudou um pouco, mas precisa melhorar muito. Finaliza reafirmando a necessidade de reflexão ampla, valorização da mulher, da família e, que a fala

liberta. A equipe encerra, pontuando que houve evolução, convida-os para fazerem a diferença na sociedade, ao não reproduzir a violência.

Essas últimas falas, os diálogos durante os encontros, retratam a necessidade de reflexão, do homem falar de si, dos seus processos, construções sociais, para que se sintam sujeito de deveres e direitos, numa sociedade culturalmente estruturada no patriarcado. Boris (2003) conclui que o patriarcado até hoje socializa homens, observa que eles estão fragmentados, destituídos de si, reproduzindo uma cultura escancaradamente subversiva, em que ele, o homem, não assimila suas ancestralidades materna e paterna, vivendo muito mais para o empoderamento de suas virilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no grupo reflexivo fez um total de vinte e três encontros. Esse dado não é suficiente para fechar em absoluto os aspectos que fazem parte da construção da masculinidade, porém, variadas colocações evidenciam que os homens produzem e reproduzem as experiências introjetadas subjetivamente, de acordo com falas, comportamentos, histórias de vida, relacionamentos e construções subjetivas ali evocadas, respondendo ao objetivo principal da pesquisa, para assim, relatar as impressões intersubjetivas de homens autores de violência doméstica e a construção da masculinidade.

No grupo, a implicação masculina se expressa nas falas estruturadas no patriarcado, nas construções sociais e culturais, geralmente manifestadas, quando instigados a refletirem sobre o papel de gênero nas relações interpessoais, revela a dificuldade de os homens se perceberem como agentes da mudança. A ideologia do poder nas relações sociais, faz com que o homem lute pela hierarquização dos princípios familiares, sociais e culturais para legitimar sua dominação, fruto da própria reprodução simbólica. Identifico assim, como os homens se percebem no contexto da violência na contemporaneidade, ou seja, ainda reproduzindo os conceitos patriarcais.

O homem comparece no projeto através de encaminhamento da justiça. Na interação entre eles e os profissionais do projeto, se observou comportamentos aversivos de uns desde o atendimento psicossocial, outros mais instruídos se resguardam de falarem sobre a relação com a ofendida, mascarando o processo. Ocorre o estranhamento de se verem acolhidos pelas profissionais mulheres, agindo na tentativa de se apoiarem uns nos outros, ou indagando a essas mulheres profissionais de maneira objetiva ou indireta, o porquê delas e não homens

estarem ali mediando o processo? O olhar é atravessado para o grupo reflexivo, vendo-o como punitivo.

Em muitas falas é explícita a necessidade, segundo eles, de agirem de modo machista, para que não sejam apontados, principalmente por outros homens, como molengas, sensíveis ou mandados pelas mulheres. São implicados sistematicamente para desempenharem seu papel como reza o machismo, tendo por base a agressividade. As impressões subjetivas dos homens, transparecem o peso que é estar sempre nesse lugar de dominação, de serem provedores de suas famílias, não expressarem fragilidade e sensibilidade. Porém, deixam evocar que esse lugar é o natural, assim aprenderam com o exemplo ou através de cobranças sociais e culturais. Aqui destaco uma das inquietações da pesquisa, que trata sobre as influências dos contextos sociais que se materializam em atos de violência, sendo possível responder essa questão.

Se observou que no decorrer de quatro ou cinco encontros, os ânimos se acalmam, as barreiras defensivas começam a ceder, o silêncio dá lugar ao dialogado. O trabalho árduo desempenhado pelo projeto, retrata bem o que está estruturado intersubjetivamente, a partir de comportamentos semelhantes, como os perfis de homens que passam pelo grupo reflexivo.

Concluo, que a construção da masculinidade como produção social é ensinada e, pela sociedade pode ser desconstruída. Saliento que há casos de homens autores de violência doméstica que se tornaram voluntários do projeto e outros que falam que mudaram suas relações após a participação no grupo. A sociedade constrói esse homem apresentado no grupo reflexivo, desde seu nascimento, cobra que ele execute seu papel conforme as regras do machismo estruturado. Ele, na contemporaneidade, se vê a contragosto respondendo uma lei, que só ampara a mulher nos seus dizeres. No entanto, sua presença é uma sugestão da justiça, como forma de prevenir e combater a reincidência da violência doméstica, inclusive com novas parceiras.

Se percebe, que para as políticas públicas é desafiador demonstrar de modo reflexivo que agora ele deve pensar antes de agir, rever os novos códigos legais da sociedade atual em detrimento da cultura patriarcal, sugere ser um dos maiores escolhos também do homem, que vive seu papel de modo naturalizado. Concluo que há muito a ser feito na e pela sociedade a respeito dessa temática. Assim, encerro essa consideração despretensiosa, voltada também a minha própria implicação e desconstrução feminina.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**: Uma interpretação antropológica da masculinidade. Nova edição [online]. Lisboa: Etnográfica Press, 1995 (@CONSULTE_LE 23 março, 2018). Disponível em Internet: ISBN: 9791036511288. DOI: 10.4000/books.etnograficapress.459. Acesso 29 jun. 2023.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, DURVAL MUNIZ DE. Nordeste: invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940). *In.*: **A invenção de um macho**. 2 ed., São Paulo: Intermeios, 2013. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso 30 maio 2023.
- ANDRADE, Cleide de Freitas. Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 24, n. 10, p. 254-247, set./dez., 2005. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/8330/5984>. Acesso 17 abr. 2023.
- ANDRADE, Renata Capeli; WALCKOFF, Simone; SKYMANSKI, Luciana. **A prática do encontro reflexivo**: diálogo e reflexão. Pontifícia universidade católica, São Paulo, 2011. Disponível em <https://www.aacademica.org/>. Acesso 7 dez. 2022.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. [Tradução André de Macedo Duarte], 7 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso 5 jun. 2023.
- BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro. **Revista Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p.83-96, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso 5 jun. 2023.
- BIZAN, Kátia. A caixa do homem: a violência masculina como um dever? **Revista Metodista de Periódicos Científicos e Acadêmicos**, v.24, n.24, 2020. Disponível em <https://www.metodista.br/>. Acesso 5 jun. 2023.
- BRASIL, **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso 10 out. 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. (Tradução: Sérgio Milliet) 2. ed., São Paulo: Difusão européia do livro, 1967.
- BONFIM, Flávia Gaze. **Tornar-se homem, ressonâncias de declínio do ideal viril na sexualização**. São Paulo: Editora Dialética, 2022. *E-book*. Disponível em <https://play.google.com/>. Acesso 9 abr. 2023.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Seminário direitos humanos e violência, nov., 2003. **A violência como produto da crise da condição masculina**. Disponível em <https://www.researchgate.net/>. Acesso 8 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. [Tradução Maria Helena Hühner], 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Disponível em <https://www.academia.edu/>. Acesso 5 jun. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003. Disponível em <https://www.academia.edu/>. Acesso 8 abr. 2023.

COELHO, Carolina Marra S. **Psicanálise e laço social** – uma leitura do seminário 17. Mental [online]. 2006, Barbacena, v. 4, n.6, p. 107-121. ISSN 1679-4427. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso 22 abr. 2023.

CFP – Conselho federal de Psicologia. Resolução nº 8, de 7 de julho de 2020. Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. **Diário Oficial da União**: 137 ed., seção 1, p. 187, 20 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 10, de 21 de julho de 2005, aprova o **Código de Ética Profissional do Psicólogo**.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista de Estudos Feministas**, v. 1, n. 21, abr., 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 2 mar. 2023.

CÔRTEZ, Gisele. Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Revista Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso 11 out. 2022.

CRM, CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER. **Projeto das Marias pela paz, pela vida**. Juazeiro do Norte, 2019.

DAGLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, n. 11, p. 1163-1178, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 24 maio 2023.

DALTRON, Mônica Ramos; FARIAS, Anna Amélia de. **Relato de experiência: uma narrativa científica pós-moderna**. Estudos em Psicologia, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 223-237, jan./abr., 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/>. Acesso 16 abr. 2023.

DINIZ, G.R.S.; ANGELIM, F.P. Violência doméstica – Por que é tão difícil lidar com ela? **Revista de Psicologia UNESP**. São Paulo, n.2, v. 1, 2003. Disponível em <https://scholar.google.com.br/>. Acesso 8 out. 2022.

EURICH, Adriele Caroline Soares. **Masculinidades (s): a historicidade da masculinidade hegemônica e a relação de gênero**. Disponível em <https://www.academia.edu/>. Acesso 4 mar. 2023.

- FALEIROS, Vicente de Paulo; BRITO, Denise Orbage de. Representações da violência intrafamiliar por idosos e idosas. **Revista Ser Social**. [S. l.], n. 21, p. 105–142, 2009. DOI: 10.26512/ser-social.v0i21.12737. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12737. Acesso 24 maio 2023.
- FERNANDES, Beatriz Silverio. Como trabalho com grupo de reflexão. **Revista SPAGEST** (online), 2000, v. 1, n.1, pp.77-82. ISSN 1677-2970. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso 1 dez. 2022.
- FORMIGA, Nilton Soares; CAMINO, Leoncio. A dimensão do inventário de papéis sexuais (BSRI): a masculinidade e feminilidade em universitários. **Revista Estudos de psicologia**. PUC- Campinas, v.18, n.2, p.41-49, mai./ago., 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 9 abr. 2023.
- FREITAS, Marcel de Almeida. A masculinidade hegemônica na cultura brasileira. **Revista de Psicologia**. Fortaleza, v.20, n.1, p.28-41, jan.-jun., 2002. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11236/3/2002_art_mafreitas.pdf. Acesso 4 mar. 2023.
- GARCIA, Ana Luíz Casasanta; BEIRAS, Adriano. A psicologia social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência doméstica. **Revista psicologia Ciência e Profissão**, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 12 mar. 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 2 ed., São Paulo: Editora Atlas S.A, 1989. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/>. Acesso 12 abr. 2023.
- GOES, Nara Albuquerque; XIMENES, Verônica Moraes; MOURA JR., Tiago Ferreira. Relações da psicologia comunitária com a libertação a partir da dialética dominação-opressão. **Revista Teorá y Crítica de La Psicología**, n.6, p.140-161, 2015. Disponível em <https://www.researchgate.net/>. Acesso 2 mar. 2023.
- GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Violência contra a mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Revista Psicologia & Sociedade**. Recife. v. 27. n. 2, p.256-266, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 5 de abr. 2023.
- IMP, Instituto Maria da Penha. **Tipos de violência**, 2018. Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso 28 maio 2023.
- JESUS, Taissa Mendonça de. Enfrentamento da violência contra a mulher e o debate sobre homens e masculinidades: uma articulação necessária. In: XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA APUH. História do futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica. 2020, p. 21-25, set., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/>. Acesso 6 jun. 2023.
- KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia**., Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso 6 jun.2023.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas.** Horizontes Antrop., Porto Alegre, v. 4, n.9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 2 mar. 2023.

KOSAK, Miriam Maria; PEREIRA, Deivdy Borges; INÁCIO, Adriele Andreia. Gaslighting e mansplaining: as formas da violência psicológica. *In: V Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Anais*, Universidade Estadual de Londrina, v. 5, p. 251-262, 15 a 13 de junho, 2018. Disponível em <http://anais.uel.br/>. Acesso 26 maio 2023.

KRINSKI; MADEIRA; MOSCHEN. A noção de semblante em Jacques Lacan: contribuições às identidades contemporâneas. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, v. 22, n. 9, p. 803-827, dez. 2019 <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2019v22n4p803.9>. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 22 abr. 2023.

KÜBLER-ROSS, Elizabeth. **Sobre a morte e o morrer.** Editora: WMF Martins Fontes, 2017.

MARANEZI, Giovana; PENHA, Cíntia Bernardes. **O fazer do psicólogo: experiência de estágio em psicologia no centro de referência especializado em assistência social (CREAS).** Brazilian journal of development, Curitiba, v.8, n.3, p. 20263-20274, mar, 2022. Disponível em <https://journals.bahiana.edu.br/>. Acesso 12 mar 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O fazer do psicólogo. **Revista Estudos de Psicologia.** Natal, v. 2, n. 1, jun., 1997. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 12 mar. 2023.

NADER, Maria Beatriz. A vida em desunião: violência, gênero e renúncia. *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal. **Anais [...]**. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/>. Acesso 6 jun. 2023.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício de poder masculino na esfera doméstica. *In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, Saberes e práticas científicas*, 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoe poderaconstrucaodamasculinidadeeexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.pdf. Acesso 9 abr. 2023.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade: revista da Associação Brasileira de Psicologia Social.** ISSN 0102-7182. 13:1 (2001) 107-128. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/>. Acesso 18 abr. 2023.

PANZINI, Raquel Gehrke; BANDEIRA, Denise Ruschel. **Coping (enfrentamento) religioso/espiritual.** Revisões da Literatura. Arch. Clin. Psychiatry (São Paulo) 34 (suppl 1) 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rpc/a>. Acesso 7 dez. 2022.

PAPO DE HOMEM. **O silêncio dos homens.** Ago. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&t=1054s>. Acesso 7 dez. 2022.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n.2, p. 276-291, jul. dez., 2019. Disponível em <https://periodicos.furg.br/>. Acesso 4 mar. 2023.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. [Tradução Mário Vilela], São Paulo: Editora Ágora, 2006. Disponível em <https://books.google.com.br/>. Acesso 8 dez. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Dossiê: feminismo em questão, questão de feminismo. Caderno. Pagu, n. 16, 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 7 out. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em <https://fpabramo.org.br/>. Acesso 7 out. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufini Dadat; Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso 8 abr. 2023.

SILVA, Maria Aparecida Amorim. **O impacto do alcoolismo na vida social e familiar do indivíduo**: a intervenção do profissional da saúde de forma efetiva no tratamento. Curso especial atenção básica saúde da família. UFMG, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/>. Acesso 7 dez. 2022.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista de Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 679-690, set./dez., 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 27 maio 2023.

VIEIRA JÚNIOR, ANTÔNIO OTAVIANO. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Editora Hucitec, 2004. Disponível em <https://www.academia.edu/>. Acesso 30 maio 2023.

WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou**: por que censurar seu diário de campo? Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32, pp 157-170, jul./dez. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso 14 abr. 2023.

WORLD WEALTH ORGANIZATION (OMS). **Prevention of violence**: public health priority. World Health Assembly, 49, 1996. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/179463?locale-attribute=pt&>. Acesso 24 mai. 2023.